
Porto Alegre, Sexta-feira, 28 de Janeiro de 2022

GOVERNO DO ESTADO
DIÁRIO  **OFICIAL**
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO LXXX
Nº 20

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

LUIZ HENRIQUE VIANA
Av. Borges de Medeiros, 1501
Porto Alegre / RS / 90119900

Gabinete

LUIZ HENRIQUE VIANA
Av. Borges de Medeiros, 1501
Porto Alegre / RS / 90119900

Atos Administrativos

Protocolo: 2022000670277



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

RESOLUÇÃO CRH Nº 400 de 2022

Aprova a lista de projetos estratégicos em recursos hídricos para uso do Passivo Potencial do Fundo de Investimentos de Recursos Hídricos – FRH de acordo com a Resolução CRH 397/2022

O **Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul – CRH/RS**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 10.350, de 30 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto n.º 36.055, de 04 de julho de 1995, e suas posteriores modificações aplicáveis à matéria, e

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a lista dos projetos estratégicos em recursos hídricos, no anexo desta Resolução, para uso do Passivo Potencial do Fundo de Investimentos de Recursos Hídricos – FRH de acordo com os procedimentos definidos pela Resolução CRH 397/2022;

Art. 2º - A execução dos projetos estratégicos listados nesta Resolução considerará a disponibilidade orçamentária e financeira do Passivo Potencial do FRH, assim como, a capacidade operacional de execução de cada estrutura de Estado habilitada no acesso ao Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos;

Art. 3º - Todos os projetos estratégicos vinculados a esta Resolução deverão estar enquadrados reconhecidamente nos instrumentos de planejamento governamental, tais como o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA), os Planos de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, Plano Estadual de Recursos Hídricos e demais Planos Setoriais, tais como de Irrigação e Saneamento e Planos Diretores, dentre outros;

Parágrafo Único - Os projetos executados serão regionalizados por Bacia Hidrográfica, permitido seu acompanhamento pelos referidos Comitês de Bacias, buscando assim mais capilaridade de gestão no território.

Art. 4º - O acompanhamento da execução dos projetos estratégicos vinculados a esta Resolução deverá ocorrer mensalmente, em reunião no âmbito da Câmara Técnica do FRH, inclusive em reuniões extraordinárias considerando o período de convocação estabelecido em Regimento Interno;

Art. 5º - Para a execução eficiente desta Resolução deverá ser dada prioridade, enquanto emergencialidade, à estruturação da manutenção dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, no sentido de viabilizar a gestão participativa qualitativa e isonômica do Sistema Estadual de Recursos Hídricos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Art. 6º - Para o acompanhamento eficiente da execução dos projetos no âmbito dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica deverá ser viabilizada pelas estruturas de Estado a reorganização, considerando o disposto no inciso III do artigo 13º da Lei 10.350/1994 do grupo de representantes dos diversos órgãos da administração direta federal e estadual, atuantes na região e que estejam relacionados com os recursos hídricos, considerando os 20% proporcionais na composição da plenária do Comitê;

Art. 7º - A lista dos projetos estratégicos poderá ser alterada, tanto para inclusão quanto para exclusão de projetos, mediante apresentação de justificativas apresentadas na Câmara Técnica do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos e na Plenária do Conselho de Recursos Hídricos;

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 19 de janeiro de 2022.

Luiz Henrique Viana,
Presidente do CRH/RS

Carmem Lúcia Silveira da Silva,
Secretária Executiva do CRH/RS, em exercício



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

**Anexo I
Lista dos Projetos Estratégicos**

Entidade	Proposta
G010 - Comitê Rio Gravataí	Programa de Revitalização de Bacia
	Construção dos minis barramentos (já definido pelo Comitê/Metroplan)
	Campanha em rádio, de conscientização sobre economia de água (Educação Ambiental)
	Perfuração de 20 Poços Tubulares em pequenas comunidades rurais
G030 - Comitê Cai	Cadastramento de todos os poços tubulares públicos, de responsabilidade do Governo do Estado e das Prefeituras, responsáveis pelo abastecimento de comunidades, pelo SAC - soluções alternativas coletivas junto ao SIOUT;
	Mapeamento hidrogeológico, buscando identificar em todos os municípios da Bacia do Cai, locais de recarga de aquíferos, evitando assim a expansão das suas áreas urbanas para estes territórios, a serem protegidos;
	Atualização em escala adequada, a nível de municípios (1:25 mil), do mapa hidrogeológico realizado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, para toda a bacia do Cai
	Identificação imediata das fontes de águas para abastecimento das áreas urbanas, por captação superficial/subterrânea/mista de todos os municípios pertencentes a Bacia hidrográfica do Cai, atendendo a nova regionalização do Saneamento do Rio Grande do Sul
	Programa de estímulo ao reservamento hídrico nas propriedades rurais com, entre outros, sistemas de curvas de nível e barraginhas
G040 - Comitê Taquari-Antas	Implementação de programas e projetos de boas práticas agropecuárias e ambientais, como o manejo e conservação do solo e água, proteção de nascentes e proteção de Áreas de Preservação Permanente- APPS
	Implementação de programas e projetos de aproveitamento da água da chuva, construção de cisternas e açudes
	Implementação de programas de fomento ao uso e qualificação da irrigação
	Implementação de programas para a ampliação da perfuração de poços e a construção das redes de água para abastecimento da população, urbana e rural
	Implementação de Programas para Pagamento por Serviços Ambientais-PSA, através da implantação de projetos que visem a redução da erosão e do assoreamento dos recursos hídricos e aumentem a infiltração da água no solo, o saneamento ambiental e mesmo a adequação de passivos ambientais, que vão garantir a sustentabilidade dos recursos de produção, auxiliar na sustentabilidade econômica do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
	<p>próprio produtor, e na efetiva proteção dos mananciais hídricos</p> <p>Implementação de políticas de apoio à construção de conhecimento na temática e desenvolvimento de tecnologias de produção que otimizem o uso da água, através de parceria com os Comitês de Bacia, Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, públicas e privadas.</p> <p>Implementação de um estudo técnico locacional e de volumes armazenados para definição de um sistema de reservação e regularização de vazões na Bacia Hidrográfica do Taquari Antas.</p>
G050 - Comitê Alto Jacuí	<p>Celebração do Termo de Parceria para a manutenção do Comitê, no valor de R\$ 100.000,00 ao ano, visto a importância deste no atual cenário de escassez hídrica.</p> <p>Realização de estudos para reservação de água, principalmente nas UPGs Passo Real e Ivaí (região que compreende Santa Bárbara do Sul, Cruz Alta, Boa Vista do Incra, Tupanciretã, Júlio de Castilhos) onde segundo nosso diagnóstico há maior comprometimento da disponibilidade hídrica quando confrontada com nossa vazão de referência, bem como é uma região onde há mais pontos de captação para irrigação nas cabeceiras dos rios. Este item ainda não possui provisão de custos.</p> <p>Projeto da Prefeitura de Salto do Jacuí em parceria com a Emater/RS para recuperação de nascentes no âmbito da Bacia, conforme descrito no anexo deste ofício</p> <p>Recuperação da vegetação em torno da nascente mãe do Rio Jacuí, localizada em propriedade particular entre os municípios de Passo Fundo e Mato Castelhano, por ação direta do Estado, ou Pagamento por Serviços Ambientais.</p>
G060 - Comitê Vacacaí Vacacaí-Mirim	<p>Estabelecimento de uma estação fluviopluiométrica na Unidade de Planejamento e Gestão (UPG) Santa Bárbara, a fim de monitorar parâmetros de chuva e vazão. De acordo com o Plano de Bacia dos Rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim, esta é a única UPG sem dados na bacia.</p> <p>Levantamento hidrogeológico em regiões de cabeceira para o desenvolvimento de captação de água subterrânea na bacia hidrográfica. De acordo com o diagnóstico realizado no Plano de Bacia Hidrográfica, existem poucos dados hidrogeológicos que fornecem subsídio para implementação de ações de perfurações de poços e captação de água subterrânea.</p> <p>Projeto para restauração e conservação das nascentes presentes na bacia hidrográfica do Rio Vacacaí-Mirim. De acordo com o diagnóstico elaborado pela equipe do DRHS, estas nascentes representam áreas de sensibilidade para o suporte e provimento de água a jusante aos usuários.</p> <p>Avaliação de disponibilidade hídrica em locais afastados dos centros urbanos e carentes de saneamento básico.</p>
G070 - Comitê Baixo	Ação 1.2.1 – Monitoramento Pluviométrico



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
Jacuí	Ação 1.3.2 – Estudo da Dinâmica Fluvial da Bacia
	Ação 3.1.1 – Reservação de Pequeno Porte – Incentivo à Construção de Açudes e Pequenos Reservatórios
	Ação 3.1.2 – Estudos e Projetos para Implementação de Barragens de Usos Múltiplos na Bacia
	Ação 3.2.1 – Incentivo ao Uso de Cisternas e Outras Estratégias de Aproveitamento das Águas Pluviais em Lotes Urbanos e Rurais
	Ação 4.1.1 – Uso Racional da Água na Irrigação
	Ação 4.1.2 – Uso Racional da Água na Indústria
	Ação 4.1.3 – Controle e Redução de Perdas nos Sistemas de Abastecimento Urbano de Água
G080 - Comitê Guaíba	Linha de ação 3, quesito de monitoramento quali-quantitativo da água.
	Linha de ação 4, setorial e em especial setorial da produção rural, no que tange ao manejo racional da água para irrigação.
	Linha de ação 5, quesito conservação ambiental, com o item Articulação com outros instrumentos de gestão do território aplicados na Bacia, tais como com o ZEE e o ZAS.
	Implantação de um Plano Estadual de Reservação de Água, através do Micro e do Macro, com micro açudes e grandes barragens, a médio e longo prazos
	Retomada do Plano Estadual de Irrigação, já elaborado, e que encontra-se em dormência, de importância fundamental para o propósito
G090 - Comitê Pardo	Realização de um diagnóstico hidrogeológico da área de recarga de aquífero localizado no município de Herveiras e apontamento de soluções técnicas
L010 - Comitê Rio Tramandaí	1.4; Programa de Educação Ambiental (PEA) R\$ 5.000 por ano.
	2.4; Estimar Coeficientes Cinéticos Relacionados ao Fósforo Total e aos Coliformes Termotolerantes e 2.5; Tempos de Residência das Águas nos Corpos Hídricos
	2.6; Estimar Extração Segura de Água em Aquíferos com Riscos de Salinização
	3.1; Atualizar Permanentemente a Base Cadastral de Usos de Água Consuntivos e Não Consuntivos R\$ 500.000,00 por ano.
	3.3; Elaborar a Proposta de Enquadramento de Águas Subterrâneas
	4.3; Programa de Estímulo do Envolvimento Social na Proteção de APPs, de Áreas de Interesse aos Recursos Hídricos e Degradadas, por Meio do Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) e de Certificações Ambientais (CA). Estimativa de custos para elaboração inicial do Programa R\$ 228.453,00;
	5.1 Aprimoramento do Modelo Hidrodinâmico de Qualidade de Água Visando Subsidiar Deliberações
L020 - Comitê Litoral	Manutenção do Comitê de Bacia: manutenção de secretaria



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
Médio	executiva, manutenção de plano de trabalho e plano de comunicação (custeio a diárias. Valor estimado: R\$120.000,00 por ano.
	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores rurais da bacia hidrográfica, como recompensa e estímulo às boas práticas de preservação de nascentes e melhoria dos recursos hídricos.
	Estudo e Programa de Monitoramento da Qualidade das águas; implantação de pontos de monitoramento efetivo e contínuo dos padrões previstos em normas.
L030 - Comitê do Rio Camaquã	Medidas estruturais para aumento de disponibilidade hídrica (ação A1), com o objetivo de minimizar o comprometimento da vazão disponível nos cursos de água, com enfoque principal na bacia do Arroio Velhaco, que apresenta a situação mais crítica em termos de balanço hídrico. O custo total estimado no Plano de Bacia para a elaboração de projetos e execução foi de R\$ 26 milhões de reais.
	Alcance gradual de níveis de eficiência no uso da água (ação A2), a fim de reduzir o consumo de água para a irrigação na bacia hidrográfica do Rio Camaquã. O custo total estimado no Plano de Bacia previu uma campanha de incentivo ao cadastro no Sistema de Outorga de Água – SIOUT-RS, no valor de R\$ 168 mil;
	Revisão do Inventário da Bacia Hidrográfica do Arroio Velhaco
	Realização de cursos de capacitação de irrigantes
	Capacitação no meio rural voltada à adoção de boas práticas de conservação do solo e da água (ação T4), com o propósito de favorecer o processo de geração de conhecimentos que levem à redução do processo erosivo e de degradação das terras e da poluição hídrica difusa. O custo total estimado no Plano de Bacia para a realização dos cursos de capacitação dos agricultores, agricultoras e jovens rurais e da realização do seminário de resultados de avaliação foi de R\$ 482 mil.
	Recuperação e proteção de áreas de interesse relevantes para a conservação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos (ação B2), com atividades de seleção de áreas a serem preservadas/recuperadas, elaboração e execução de projetos
	Criação de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios em áreas de vegetação, a serem municiadas com equipamentos para atender às microrregiões da bacia hidrográfica
	Desenvolvimento de uma rede de informações com medições de umidade do ar, direção e velocidade dos ventos
	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores rurais da bacia hidrográfica, como recompensa e estímulo às boas práticas de preservação de nascentes e melhoria dos recursos hídricos
	Investimentos em infraestrutura e conhecimentos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
	referentes aos usos e conservação do solo e da água;
	Reservação de água através da construção de açudes e barragens nos municípios da bacia, em consonância com a preservação do meio ambiente
	Regularização dos recursos financeiros de manutenção do Comitê Camaquã, necessários às atividades
L040 - Comitê Lagoa Mirim	Obras de reservação de água
	Manutenção do comitê
	Construção e implementação do Plano de Bacia
U010 - Comitê Apuaê-Inhandava	Recomposição da mata ciliar: Os projetos irão abarcar o máximo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por área tratada, incluindo neste valor aquisição de mudas, custos com maquinários e aquisição de material como cercas e telas. Serão admitidos 4 projetos por semestre, em 4 semestres, totalizando R\$ 96 mil reais ao final do período de aplicação do Plano.
	Incentivo à construção de cisternas e pequenos açudes em propriedades rurais. Os custos unitários estimados de forma preliminar para a implantação de cisternase pequenos açudes, consideram o valor básico de R\$6.000,00 / unidade Cisternas e/ou pequenos açudes, portanto as 30 unidades perfazem o total de R\$180.000,00
U020 - Comitê Rio Passo Fundo	Manutenção do Comitê de Bacia: manutenção de secretaria executiva, manutenção de plano de trabalho e plano de comunicação verbas para custeio e diárias; Valor estimado: R\$ 180 000, 00 por gestão/ mandato;
	Estudo/ Diagnóstico das áreas de entorno das nascentes e canais de primeira ordem fluvial via metodologias de sensoriamento remoto do ambiente e validação em campo
	Programa de Restauro de Nascentes e Canais de primeira ordem fluvial, dentre aquelas que assim necessitam, por meio das seguintes metodologias: condução da regeneração natural de fitofisionomias e plantio heterogêneo de essências nativas e monitoramento póstumo das ações
	Estudo e Programa de Monitoramento da Qualidade das águas: revisão do enquadramento atual, através da implantação de pontos de monitoramento efetivo e contínuo dos padrões previstos em normas
	Sala de monitoramento e Sistema de Informação Geográfica
	Estudo e dimensionamento quantitativo e de áreas prioritárias para implantação de sistemas de reuso da água da chuva em unidades agroindustriais de produção de suínos e aviários e de produtores agroecológicos
	Estudo para locação de açudes nos municípios integrantes do CBH Passo Fundo
	Estudo para atualização das áreas de expansão urbana e prognóstico, prognóstico de uso múltiplo das águas e para definição das áreas de proteção de manancial de abastecimento urbano



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
	<p>Estudo para elaboração de Zoneamento Hidrogeológico, indicando áreas adequadas para perfuração de poços tubulares profundos na bacia em questão</p> <p>Plano de Mídia para sensibilização e conscientização para preservação e uso racional dos recursos hídricos</p> <p>Programa de Educação Ambiental nas escolas estaduais e municipais</p> <p>Ampliação da rede de estações meteorológicas e fluviométricas on-line em tempo real</p> <p>Implantação, Outorga e operação de poços tubulares profundos em locais indicados pelo zoneamento hidrogeológico</p> <p>Programa de regularização de poços, adequação de entornos e aumento da monitoração da qualidade e quantidade em parceria com a vigilância sanitária</p>
U030 - Comitê Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo	<p>Abertura urgente dos editais de seleção dos convênios, para manutenção dos comitês de bacias, pois em decorrência da estiagem que também está afetando a bacia, já estão ocorrendo conflitos de uso da água, porém devido a necessidade de longos deslocamentos, a falta de repasse de valores para que se possa realizar um trabalho de campo, orientação, mediação e minimização desses conflitos, através dos atores sociais, restam prejudicados</p> <p>Realização dos estudos de regularização de vazão, para os períodos de estiagem</p> <p>Repases para construção de micro açudes e cisternas para reserva de água nas propriedades rurais, e assim minimizar a falta do recurso em períodos de escassez hídrica</p> <p>Criação de um programa de pagamento de serviços ambientais, conforme previsto no Código Florestal, Lei Federal no 12.651/2012, em seu Art.41, onde o produtor/proprietário da área possa ser retribuído pelo seu comprometimento e ações de conservação e preservação dos recursos hídricos</p>
U050 - Comitê Ibicuí	<p>Ação 1: Estudo para armazenagem transitória da água nas calhas dos Rios da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, estabelecendo um mínimo de regularização, como forma de enfrentar as próximas situações críticas de estiagem.</p> <p>Ação 2: Viabilizar o projeto de utilização de materiais próprios para estradas (saibro, cascalho e outros) retirando de dentro das áreas alagáveis das barragens e açudes para a recuperação das estradas vicinais; tanto o material sedimentado que reduz o volume útil da barragem, como o aumento do seu volume total, contribuindo para a reservação de água; o sedimento retirado pode ser colocado nas bordas facilitando o surgimento ou plantio de mata ciliar (há um projeto nesse sentido).</p>
U060 - Comitê Quaraí	Ação Proposta A: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para três



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
	<p>empreendimentos de infraestrutura e segurança hídrica, para regularizar e perenizar vazões.</p> <p>✓ Descrição Sintética: Tratam-se de três trabalhos técnico-ambientais completos, globais e essenciais para atingir o adequado licenciamento ambiental para as ações seguintes elencadas, isto é, projetos de empreendimentos de segurança hídrica contra estiagem, já apresentadas e consentidas em plenária e integrada em ações no Plano de Bacia Hidrográfica. O EIA é o estudo técnico multidisciplinar, mediado técnico que confere transparência ao EIA, em linguagem simples, didática e objetiva, para qualquer cidadão ter acesso a informação e exerça controle social.</p> <p>✓ Fonte da ação proposta: Projeto TwinLatin, Programa Marco, Ação nº 2.3 do Plano de Bacia, Ata de reunião ordinária nº 02/2018.</p> <p>✓ Recurso Financeiro Necessário: 2.700.000,00 (Dois milhões e setecentos mil reais).</p> <p>também por mobilização social e audiências públicas, de avaliação ampla e completa de todos os impactos ambientais significativos e indicação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias. O RIMA é um relatório técnico que confere transparência ao EIA, em linguagem simples, didática e objetiva, para qualquer cidadão ter acesso a informação e exerça controle social.</p> <p>✓ Fonte da ação proposta: Projeto TwinLatin, Programa Marco, Ação nº 2.3 do Plano de Bacia, Ata de reunião ordinária nº 02/2018.</p>
	<p>Ação Proposta B: Três projetos executivos para empreendimentos de segurança hídrica, regularização e perenização de vazões.</p> <p>✓ Descrição Sintética: Os projetos são sobre empreendimentos já reconhecidos pelas representações do Comitê e Sociedade como fundamentais para obter segurança hídrica, no tocante a reservação de água, regularização e perenização de vazões. A região dos projetos são: arroio Cati, arroio Garupá e calha principal do rio Quaraí (Região do Passo do Leão). Tais regiões foram selecionadas tecnicamente com base em inventário da bacia hidrográfica e estudos ambientais estratégicos associados in loco.</p> <p>✓ Fonte da ação proposta: Ações nº 2.3, nº 2.4 e nº 4.1 do Plano de Bacia</p>
	<p>Ação Proposta C: Vídeos temáticos e institucionais de educação ambiental, recursos hídricos e bacia hidrográfica para escolas e redes sociais.</p> <p>✓ Descrição Sintética: Trata-se de um material que visa ensinar princípios e conceitos básicos sobre os componentes da bacia hidrográfica, ciclo hidrológico, comitê de bacia e aspectos de educação ambiental que influenciam os</p>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
	<p>recursos hídricos.</p> <p>✓ Fonte da ação proposta: Ação nº 5.1 do Plano de Bacia.</p> <p>Ação Proposta D: Programa de rádio de conscientização ambiental para a comunidade, denominado “Momento Água”.</p> <p>✓ Descrição Sintética: Trata-se do uso de um breve período de tempo em rádios locais nos municípios da bacia, para sensibilizar e conscientizar, de modo nivelado e simples, a população geral sobre a importância da conservação da água, mostrando como isso é fundamental para garantir a sustentabilidade de recursos hídricos da bacia hidrográfica.</p> <p>✓ Fonte da ação proposta: Ação nº 5.1 do Plano de Bacia.</p> <p>Ação Proposta E: Outorga e perfuração de 5 poços tubulares em pequenas comunidades rurais isoladas.</p> <p>✓ Descrição Sintética: Uma considerável parte da população da bacia vive de abastecimento de águas subterrâneas. Assim, trata-se de uma ação essencial de abastecimento humano para comunidades rurais isoladas na bacia, que não tem condições financeiras de contratar um serviço regulamentado de outorga e perfuração de poço tubular.</p> <p>✓ Fonte da ação proposta: Ação nº 2.3 do Plano de Bacia.</p> <p>Ação Proposta F: Projeto piloto de incentivo ao uso de cisternas como estratégia de aproveitamento das águas pluviais.</p> <p>✓ Descrição Sintética: O sistema de cisterna consiste em um reservatório adaptado para captar e armazenar água da chuva. É um equipamento economicamente sustentável, seguro e utilizado para o reaproveitamento da água no uso doméstico. Um projeto de incentivo ao uso dessas estruturas é capaz de ressignificar e aproximar o entendimento do armazenamento de água e seus usos secundários nos domicílios.</p> <p>✓ Fonte da ação proposta: Ações nº 2.1 e nº 2.3 do Plano de Bacia.</p>
<p>U070 - Comitê Santa Maria</p>	<p>1.1. Instalação e operação de estações telemétricas - Ampliação da rede de estações pluviométricas, Ampliação da rede de estações fluviométricas (vazões; 21 SHRs);</p> <p>1.3. Ações para a minimização dos efeitos de eventos críticos (cheias e estiagens) - Sistema de alerta</p> <p>2.1. Efetivação das outorgas de uso da água - Cadastramento de Usuários Fiscalização e Automonitoramento;</p> <p>2.3. Implantação de Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos - Cubagem dos principais reservatórios, Mapeamento de solos em detalhe (1:50.000), Zoneamento Agroclimatológico, Definição de Áreas Potenciais para Irrigação;</p> <p>3.1. Aumento da reservação e da distribuição de água (segurança hídrica e redução da dependência energética) –</p>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
	<p>mobilização política para mudança no Inciso VIII do Artigo 3 da Lei no 12.651 de 25 de maio de 2012. (INTERESSE PÚBLICO - atividades e obras de defesa civil) Resolução CONSEMA no 323/2016;</p> <p>3.3. Estudos para melhor aproveitamento das águas subterrâneas - Abastecimento público para populações rurais, Abastecimento humano e atividades produtivas;</p> <p>4.1. Otimização do uso da água na irrigação - Instrumentos de estímulo ao uso eficiente, Metas e indicadores para otimização e eficiência;</p> <p>6.2. Criação de Áreas Protegidas (incluindo áreas de banhados e de recarga de aquíferos) - Pagamento por serviços ambientais;</p> <p>7.1. Programa permanente de capacitação dos membros do Comitê em recursos hídricos e representatividade institucional;</p>
U090 - Comitê Rio Ijuí	<p>Destinação de equipamentos para aparelhamento do Pelotão Ambiental. 3 Camionetes 4x4 equipadas com recursos para transporte de equipamentos aquaviários. 2 embarcações modelo Flexboat, em casco de fibra com flutuadores e cabine, equipada com Motor Mercury de 250 HP 4 tempos, combustível gasolina, faroletes, sistema de iluminação náutica e iluminação de identificação policial.</p> <p>Construção de Módulos Sanitários, obrigatoriamente, para municípios que contemplem em seus Planos Municipais de Saneamento Básico a utilização deste instrumento, bem como, tenha definido o instrumento para destinação correta do lodo oriundo do sistema. Para construção de módulos sanitários, utilizamos como referência as áreas prioritárias definidas pelo Plano de Ação.</p> <p>Aquisição de cisternas de polietileno de 10.000 litros para armazenamento de água da chuva em pequenas propriedades rurais.</p> <p>Construção de açudes por parte da Secretaria da Agricultura, com total de 10h máquina, inventariados e licenciados pela equipe da EMATER/Ascar. Total de 1800açudes.</p> <p>Contratação de serviços para definição da Fase C, Plano de Ações.</p> <p>Contratação de estudo para diagnóstico das condições, bem como delimitação das áreas de recarga dos aquíferos na região do Ijuí.</p> <p>Destinação de recursos para Universidade para identificação com software próprio, dos poços artesianos operando para abastecimento de água de comunidades na região da bacia, com sua localização geoespacial, informações primárias por meio de registro fotográfico e possibilidade de adicionar informações de maneira manual.</p>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	Irriga Mais RS: Instalar 500 cisternas para beneficiar 500 famílias trazendo a segurança de água principalmente para os animais e pequenas irrigações de subsistência. Uso para aves, suínos, pecuária leiteira.
	Irriga Mais RS: Construir 6.025 microaçudes beneficiando 6.025 propriedades rurais
	Irriga Mais RS: Perfurações de poços + montagens + bombas 5,5 kvas + quadros de comandos e outorgas
	Irriga Mais RS: redes de adução de poços, torre metálica e caixas d'água
	Irriga Mais RS: beneficiar famílias de produtores rurais com subvenção individual de até R\$ 15 mil.
	Irriga Mais RS: implantar 30 estações meteorológicas para dados agropecuários no Estado
	Irriga Mais RS: serviços meteorológicos para qualificação agropecuária beneficiando 20 mil estabelecimentos agropecuários.
	Irriga Mais RS: efcientizar equipamentos em 14 estações meteorológicas para qualificação agropecuária beneficiando 20 mil estabelecimentos agropecuários.
Secretaria de Obras e Habitação	Construção da Barragem do Arroio Jaguari e Sistemas Associados, localizada na divisa dos municípios de São Gabriel e Lavras do Sul, com área potencialmente irrigável de 65.000 ha - Ação: Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, Projeto e Construção de 150 km dos Canais de Distribuição
	Construção da Barragem do Arroio Taquarembó e Sistemas Associados, localizada na divisa dos municípios de Dom Pedrito e Lavras do Sul, com área potencialmente irrigável de 52.400 ha - Ação: Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, Projeto e Construção de 150 Km dos Canais de Distribuição.
	Perfuração de Poços Profundos e redes de Abastecimento de água: Ação: Perfuração de poços profundos e redes de abastecimento de água potável, visando atender os Municípios em situação de emergência, de acordo com o plano Estadual de Enfrentamento da Estiagem.
	Departamento de Habitação – DEHAB: 3.1 - Programas Nenhuma Casa Sem Banheiro – NCSB. Ação: Promover a Política Habitacional de interesse social, a partir da concepção de habitabilidade, que não se restringe apenas a casa, mas incorpora o direito à infraestrutura e o saneamento ambiental, mediante a Construção de Módulos Sanitários, nos municípios não integrantes da Região Metropolitana e interior, atendendo a população de áreas urbanas com renda familiar de até três salários mínimos.
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	Atlas de Geração Hidrográfica: Publicas Atlas com mapeamento do potencial dos recursos hídricos do RS para produção de energia elétrica, gerando uma base de dados



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Entidade	Proposta
	para futuros empreendimentos no estado;
	Programa Revitalização de Bacias - Bacia do Caí: lançar programa e elaborar termos de referência para a revitalização do Rio Caí
	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT - RS): Garantir a manutenção adaptativa, evolutiva e corretiva do SIOUT RS, incluindo a renovação de documentos emitidos, módulo de Segurança de Barragens, funcionalidade para fiscalização de usos de água, outorga de lançamento de efluentes, além da automatização de procedimentos.
	Gestão Binacional, Recursos Hídricos, Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras: fortalecer capacidades dos setores públicos e privado no Brasil e no Uruguai para a gestão conjunta e integrada dos recursos hídricos nas bacias da lagoa mirim, Rio Jaguarão e lagoas costeiras, com ênfase no uso sustentável e eficiente da água, preservação dos ecossistemas e seus serviços e adaptação às mudanças climáticas.
	Programa - Clima: Envolve a elaboração de inventário de emissões de gases de efeito estufa, Plano de Adaptação e Mitigação das Emissões e Planos Setoriais. Fomentar e potencializar a política de monitoramento de Qualidade do Ar, fornecendo aos gestores informações com acurácia para a tomada de decisão. 2 . Regular o Pagamento por serviços ambientais (PSA) e fomentar a melhoria da qualidade ambiental, contribuindo para criação de sumidouros de gases de efeito estufa, e recuperação dos recursos naturais fundamentais a vida na terra.
	Programa Parques Naturais: Recuperação da mata ciliar e revitalização de áreas de preservação permanentes (contemplando nascentes, banhados, cursos d'água e lagos) existentes no município de Canoas.
	Programa RS Biodigestores: Lançar programa para seleção de projetos de forma a incentivar e promover o desenvolvimento de soluções inovadoras em biodigestores (v.g., Biogás/Biometano), com subvenção econômica (20%) por parte do Estado e execução através de Parceria com banco de fomento.